

NOITES DE SOCIOLOGIA DO PORTO - II

A Sociologia «fora de horas»

Realizaram-se, durante os meses de Abril e de Maio de 1992, as Noites de Sociologia do Porto - II, organizadas pelo curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e contando com o apoio do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Associação Portuguesa de Sociologia.

Tal como o próprio título indica — A Sociologia «fora de horas» — o que se pretendeu foi fazer sociologia em locais diferentes dos habituais, fora da Universidade e de preferência com uma conotação lúdica. Somente desta forma, considerou a organização ser possível romper com as cada vez mais estagnantes rotinas e inércias, inibidoras de uma salutar e inovadora troca de ideias. Este é, sem dúvida, o principal objectivo da iniciativa, a par da vontade de colocar frente a frente «especialistas» e «leigos», desfazendo antíteses artificiais e contribuindo para o enriquecimento de uns e outros, mediante o confronto da pluralidade e relatividade dos respectivos discursos.

Na sequência das Noites de Sociologia -1, que ocorreram no ano anterior, assistimos ao equacionamento de questões e temas marcantes da realidade social portuguesa, o qual serviu de pano de fundo para um frutuoso diálogo interdisciplinar, em particular no domínio das ciências sociais, e para um debate participado e activo entre público — felizmente cada mais abrangente — e conferencistas.

Em suma, e dentro de um quadro de uma estreita colaboração entre docentes e discentes, pretendeu-se continuar a construção de um novo espaço de relacionamento social marcado por um ambiente de informalidade e convívio, complemento pedagógico indispensável aos tempos e lugares lectivos, bem como aos novos modelos de divulgação científica com os quais a Sociologia só poderá sair enriquecida.

Com a publicação das intervenções dos participantes — as quais mantêm, em traços gerais, as características do discurso oral —, *Socio-*

logia — *Revista da Faculdade de Letras* pretende dar a (re)conhecer, do modo mais amplo possível, os temas que serviram de fios catalizadores das várias sessões.

O prosseguimento da actual fase de consolidação da Sociologia em Portugal passa, entre outras iniciativas de natureza e âmbito bem diversos, por momentos como as Noites de Sociologia do Porto-II. É importante, se não mesmo imprescindível, dar a conhecer os plurais contributos da Sociologia, em particular, e das ciências sociais, em geral, para a análise das questões ligadas às condições sociais e aos processos de mudança com que se defronta a sociedade portuguesa contemporânea.

MUDAM-SE OS CAMPOS, MUDAM-SE AS CIDADES

Coordenador: José Virgílio Pereira

Intervenientes: Marielle Gros (socióloga);

Álvaro Domingues (geógrafo);

José Madureira Pinto (sociólogo).

Intervenção de MARIELLE GROS

Mudam, sem dúvida, já que «todo o mundo é composto de mudanças». E a tendência persistente para a urbanização do litoral português constitui, entre outros, um processo de transformação que traz consigo alterações significativas em várias dimensões da vida social tanto nas cidades como nos campos: as relações entre os diversos agentes e grupos sociais entre si, as relações que grupos e agentes sociais tecem com o espaço e o tempo, seja no plano das condições materiais, seja no das representações simbólicas.

Para tentar explicar/compreender o que muda, porquê e como, mas também o que se reproduz e, predominantemente, se mantém, certa sociologia aconselha a relacionar os processos de urbanização com a problemática da estruturação desigualitária das relações sociais. Nessa perspectiva, o espaço não só exprime as desigualdades na apropriação dos diversos recursos sociais, como contribui, igualmente, para as institucionalizar, reproduzir ou, mesmo, agudizar, funcionando como uma espécie de «condensador social». A produção de espaços diferenciados e socialmente hierarquizados, no seio daquilo que por força do hábito chamamos «cidade», concorre, de certo, para a constituição de um campo de constrangimentos que, estreitamente imbricado com outros,

produz efeitos profundos, em termos de relações sociais de exclusão-inclusão.

Com o objectivo de esboçar algumas pistas de reflexão sobre esta matéria arriscam-se neste texto algumas interrogações prospectivas relativamente à dinâmica social urbana em Portugal. A análise dos fenómenos que se impõem com nitidez, para não dizer violência, noutros contextos sociais frequentemente apontados como «modelos» ou metas a alcançar, porque tidos como elementos de um invejado «pelo-tão da frente», é sem dúvida uma referência que pode incentivar uma problematização mais profunda dos processos de mudança social. Não descurando as especificidades da sociedade portuguesa, que já nos acostumamos a qualificar de «semi-periférica», vale talvez a pena dar alguma atenção aos processos de produção e espacialização de formas agudas de desigualdade social nas sociedades deste «Centro» ou «Norte» que diversas forças sociais anseiam integrar para decisivamente se distanciarem da «Periferia», do «Sul».

Tomando a França actual como exemplo de país do centro onde o processo de urbanização atingiu desenvolvimento «avançado», pasarei a dar conta de comportamentos, certamente questionadores dos referidos modelos, que têm recentemente emergido entre os jovens das classes dominadas urbanas e que F. Dubet designa por «la Galère»¹.

A vivência destes jovens é indissociável da decomposição da cidade em zonas e, especificamente, em zonas de habitat social, fortemente desqualificadas socialmente apesar de edificadas há pouco. Zonas que povoam as margens dos centros urbanos mais providos em empregos, riquezas e atractivos de lazer, consubstanciando-se assim os pólos de um violento contraste entre opulência e exclusão.

Para Dubet, uma infinita ambiguidade, uma constante e imprevisível oscilação caracterizam as formas de acção destes jovens. A «Galère» é um misto de miséria, às vezes mais simbólica do que propriamente material, fortemente associada à má reputação estigmatizante dos bairros, de frágeis redes de sociabilidade bem diferentes das dos bandos, de delinquência sempre presente mas pouco visível, de constantes flutuações entre o trabalho constrangido, a sua recusa e o não trabalho imposto, enfim, de explosão esporádica de uma violência gratuita e fundamentalmente expressiva. Trata-se de uma forma de «marginalidade» que não cria nem sistemas estáveis de identificação, nem capacidades de integração e se singulariza pela raiva que nela se exprime. Essa raiva, segundo Dubet, é o resultado da experiência e da

¹ DUBET F., *La Galère, Jeunes en Survie*, Paris, Fayard, 1991.

consciência da exclusão e da dominação, na ausência de um movimento social susceptível de lhes conferir um sentido, de definir um adversário social, um «enjeu» para o conflito. A raiva está na génese da delinquência expressiva de jovens que oscilam entre, por um lado, a demonstração de força numa guerra de todos contra todos, no seio de territórios «podres» e, por outro, o desejo nihilista da destruição face a um futuro vazio. E ela que se implementa nos «motins» que, periodicamente, desde o início dos anos 80, sacodem as «banlieues» de Paris ou Lyon. Estranha associação de violência sem objecto, de banalização da delinquência, de busca de protecção junto de adultos e serviços sociais, a «Galère» comporta também frágeis formas de uma acção colectiva balbuciante, à procura da reconstituição de espaços de inter-relações pessoais, de solidariedade de base territorial, de afirmação cultural e de participação local democrática, no próprio seio de uma experiência de decomposição urbana.

Esta «mal vie des banlieues» suscitou, na década de oitenta, as acções institucionais de «Desenvolvimento Social dos Bairros». Contam-se hoje cerca de 400 operações em curso. O orçamento para 1992 representa 28 250 000 contos. Procura-se, é certo, modificar a mediocridade deprimente dos cenários edificadas, mas também, e bem mais difícil, (re)construir laços sociais, travar a exclusão económica, cultural, sócio-política. Se este esforço não pode ser menosprezado nem por isso deixa de permanecer aquém das realidades. A concorrência acrescida entre as metrópoles da Europa Comunitária continua a favorecer a constituição de pólos de forte concertação populacional ao mesmo tempo que o jogo do mercado conduz a dar maior importância aos tecnopolos do que às zonas onde se evidenciam a subida do não trabalho, a perda ou o conflito de referências culturais, a ausência de espaços de negociação que tomem efectivo o exercício da democracia na polis.

A realidade portuguesa é, sem dúvida, distinta. E a necessidade da construção — mais do que da reabilitação — do habitat «social» que está ainda na ordem do dia. O défice de alojamentos ronda os 700 000. A escala e amplitude dos problemas são diferentes e nem todas as «periferias» se modelam sobre o Aleixo, o Lagarteiro ou a Vila d'Este. As esperanças de mobilidade social assentam ainda nalguma base de sustentação. A escola permanece, para alguns, um espaço de promessas. As redes de sociabilidade estão menos desmanteladas; a imigração limitada; a desorientação resultante do famigerado desmoroamento das ideologias e do movimento operário, menos profunda. Jovens e subúrbios estão relativamente calmos e a referência ao «hooliganismo» latente na celebração do 25 de Abril de 92 na Baixa Portuense pode não passar de mero efeito jornalístico.

Mas há também, nesta hora de vontade de integração no espaço comunitário, processos susceptíveis de se assemelharem, perigosamente: a mutação dos mecanismos de regulação familiar e cultural e a crescente segmentação dos espaços de socialização; a deterioração do sistema educativo que reproduz e precipita processos de exclusão; as múltiplas dificuldades da «entrada na vida» dos jovens, e nomeadamente na vida profissional: a taxa de desemprego dos jovens com menos de 25 anos é o dobro da taxa geral; o «turn over» ligado à precarização que os atinge preferencialmente a eles, acaba por funcionar como mecanismo de «selecção adversa» para os empregadores que o interpretam como um indicador de instabilidade e/ou incompetência; nos jovens das classes populares desenvolve-se a ambivalência face ao trabalho, simultaneamente desejado como fonte de dinheiro e recusado porque sem conexão com desejos e sonhos, numa época em que difícil é conformar-se com incertas gratificações diferidas no tempo. Um último exemplo de convergência com os factores que concorrem para a produção de «La Galère»: a cidade estilhaçada dismantela as velhas redes de sociabilidade sem proporcionar os meios para que o exercício da democracia política dê lugar a uma cidadania activa.

Como vislumbrar, no quadro da actual dinâmica sócio-económica, a real possibilidade de contrariar a produção de espaços de habitat segregativos e estigmatizantes que virão juntar-se àqueles que já existem nos grandes pólos urbanos? O desafio mais geral que se coloca, nas actuais mudanças sócio-espaciais que vivemos, diz respeito à possibilidade e à vontade de equilibrar os investimentos políticos e económicos entre duas tendências do desenvolvimento regional e local: a primeira, «elitista», aposta no reforço de sectores e agentes económicos susceptíveis de rapidamente responderem aos desafios da concorrência, ter efeitos multiplicadores e atrair quadros e trabalhadores qualificados nas cidades; a segunda, «social e comunitária», não é, de certo, compatível com uma lógica de curto prazo. A complexidade dos problemas que atingem os agentes e lugares excluídos dos recursos faz com que a mudança só seja concretizável quando se atingem concertadamente várias frentes: supõe a viabilização de meios materiais, a revisão profunda dos modos de pensar e de fazer institucionais e, não menos importantes, uma projecção no tempo que tenha em devida conta a inevitável morosidade dos processos de mudança em situações e agentes socialmente depauperados. E isto se efectivamente se pretende contrariar a produção reiterada da exclusão social nas margens e nos interstícios dos tentaculares tecidos urbanos.

Intervenção de ÁLVARO DOMINGUES

1. O ponto da situação

A dicotomia entre o rural e o urbano, o acordo entre a identificação e as diferenças das características de um e de outro, tem sido, convencionalmente aceite e utilizado pelos vários ramos das Ciências Sociais. A rigidificação «científica» destes conceitos, se bem que nem sempre explicitamente esclarecidos nos seus conteúdos, tem-se feito acompanhar também da sua banalização, e da formação dos estereótipos que lhes estão associados, nos *mass media* e naquilo que se convencionou chamar o «senso comum». Em qualquer dos casos, os dois (pré)conceitos servem para denominar duas realidades distintas de padrões territoriais marcados pela ocupação humana, mas de características radicalmente diferentes quanto à intensidade e ao uso dominante do solo.

Os traços mais comuns da identificação do urbano e do rural são, normalmente, conotados com as seguintes características:

— O urbano é denso, fisicamente circunscrito e internamente diferenciado pela desigual intensidade e formas de uso do solo. A base económica e o emprego são marcados pela diversidade e pela pluralidade das actividades industriais (cada vez menos) e de serviços (cada vez mais). Em maior ou menor grau, o urbano proporciona um leque alargado de oportunidades de formação e de oferta de emprego, especialmente as mais qualificadas, concentra as funções direccionais e é a sede do poder. O efeito simbólico daqui resultante é também reforçado pelo carácter monumental que está normalmente associado às marcas históricas, antigas ou recentes, da cidade (monumentos, edifícios públicos, torres, centros históricos, praças, avenidas,...) e à localização dos centros do poder civil, militar e religioso. Qualitativamente, o urbano é também o foco da inovação (contrariamente a um rural tido como tradicionalista e atávico), do relacionamento internacional, e da diversidade social — da concentração das elites e também dos estratos sociais mais desfavorecidos da pobreza urbana e da marginalidade social.

Resumindo, pode-se afirmar que o modelo territorial subjacente é de características fisicamente punctilistas e compactas (ocorre-nos a imagem da cidade limitada pela muralha ou por alguma sua representação). Funcionalmente, dominam a superioridade hierárquica e os efeitos

centrípetos sobre a «província», ou a «área de influência». Admite-se assim uma ruptura e uma descontinuidade territorial supostamente visíveis entre a cidade, as suas margens e o «resto».

— O «rural» é o domínio da actividade agrícola, do campo. A ideia que se lhe associa é a de uma vida rural fechada, repetitiva, monótona e com poucas alternativas no seu interior. Ao mesmo tempo, a visão urbana do rural contém frequentemente uma mitificação do campo, representando-o como o inverso das condições adversas do meio urbano: os campos são bucólicos, tradicionalistas, calmos, repositórios de valores e memórias perdidas, espécie de paraísos perdidos ameaçados e na eminência de serem tragados pela desertificação e pelo êxodo rural, pelo curso veloz da urbanização, do desenraizamento, da perda de identidade e da normalização de valores e práticas sociais urbano-cêntricas.

Contrariamente à noção punctilista da cidade, o campo é a grande superfície aberta, homogénea e extensiva. Funcionalmente, os esteriótipos variam entre a imagem de uma autarcia onde domina o auto-consumo e a mobilidade limitada, a ideia do campo subjugado, dependente, «celeiro da cidade», centrífugo, reserva demográfica e local de origem de movimentos migratórios.

Entretanto, sobre a inércia desta dicotomia, evoluíram outros conceitos, «descobriram-se» outras realidades, que vieram a lançar a confusão e a perturbar a clareza e a operacionalidade dos modelos convencionais. Reconheceram-se, assim, uma série de metamorfoses do urbano e do rural que contribuem para a inadequação destes últimos conceitos e produziram um desconforto visível nas tentativas reformistas de incluir as novas formas numa espécie de contínuum que admite como limites os paradigmas anteriores, ou na radicalidade de negar essa dicotomia, agora mais matizada, substituindo-a por novas problematizações e novos conceitos mais operacionais, mais adequados a essas novas realidades.-

Como exemplos de metamorfoses do urbano, abundam conceitos como o de suburbano, conturbação, metrópole, região metropolitana, urbano difuso ou de rururbano. A aceitação destes conceitos implica logo à partida, uma série de mudanças na identificação de fenomenologia urbana. Entre elas, a maior está em dar mais atenção às dinâmicas e aos processos que estão na origem do estilhaçamento, da centrifugação da cidade, outrora circunscrita a um lugar geográfico, identificável e fisicamente limitado. É como resultado destes processos que se origina o subúrbio, a conturbação/coalescência de áreas urbanas, a urbanização difusa e a rururbanização/expansão do efeito urbano nos

campos. A metrópole ou área metropolitana, um conceito com origem nos EUA, é neste, contexto, a quinta-essência da urbanização, traduzida pelo gigantismo, pela intensidade e coesão de movimentos pendulares, pela contiguidade urbana, pela forte diferenciação interna do uso do solo ou pela circunscrição de um quadro administrativo adequado à regulação do crescimento dessa mancha. Curiosamente, a definição deste conceito, e também as dos outros, confere uma importância decisiva às variáveis de características funcionais — os movimentos e os fluxos materiais ou imateriais —, e à aceitação de um fenómeno urbano não punctilista mas extensivo a áreas geográficas cada vez maiores.

As metamorfoses do rural correspondem também a uma cada vez maior dificuldade em encontrar o exemplo convencional. A imagem da diversidade contém, hoje, exemplos tão contrários como os do rural industrializado; o rural não agrícola das áreas de segunda residência, cenário para promoções imobiliárias de luxo; o rural «profundo», encravado em áreas residuais de fraca acessibilidade e periféricas às grandes manchas e eixos de desenvolvimento; o rural modernizado da agricultura empresarial especializada; o rural sustentado por uma base económica não agrícola e dependente dos ciclos de emigração/retorno, etc.. De todas estas formas, aquela que mais colide com a imagem da dicotomia é a que corresponde ao território da industrialização rural difusa. Aqui os padrões territoriais fragmentam-se numa pluralidade de usos do solo em que as manchas agrícolas descontínuas, embora expressivamente marcadas na paisagem, estão confinadas a áreas intersticiais entre a urbanização lateral aos eixos viários principais e os principais nódulos da nebulosa urbana; a densidade da população, o peso do microfúndio, a localização difusa dos estabelecimentos industriais e de algum comércio e serviços, a densidade de uma rede viária capilar, etc., subverteram a unidade e a extensividade do modelo rural convencional, sem que, paralelamente, se tenha produzido ou sequer esboçado o modelo urbano centrípeto e compacto. O processo de urbanização é, aqui, um processo *in situ*, que não implica, como no modelo convencional, a transferência de populações, o êxodo rural, e, por isso, a manutenção dos dois estereótipos então polarizados entre o crescimento urbano exponencial e a desertificação dos campos.

2. E agora?

As cartas estão pois baralhadas e distribuídas de novo. A difícil delimitação entre o rural e o urbano ou, para outros, a emergência de novas lógicas de organização e de configuração dos padrões territoriais,

tornam-se um poderoso obstáculo, quer do ponto de vista da perspectiva analítica e compreensível/explicativa, quer também do ponto de vista dos modelos de intervenção das políticas e das práticas do planeamento. Na nossa opinião, esse obstáculo deriva sobretudo da inércia ou da rigidez derivada da atitude corrente em forçar os velhos conceitos, instrumentos e estratégias de análise, a realidades que se lhes escapam cada vez mais. Essa prática produz um efeito vicioso e cumulativo quando sobre essas mesmas construções se baseiam e apontam as soluções convencionais do planeamento regional e local. O urbano difuso torna-se assim confuso, ilegível e supostamente irracional; o rural fica desvirtuado, sem identidade, caótico, incoerente.

A única solução parece, pois, a de suspender os velhos paradigmas e evoluir para uma mudança radical de pensar o território e de equacionar os processos que estão na base da sua transformação. A estratégia implica deixar de pensar o urbano e o rural como superfícies/lugares geográficos/fisicamente delimitáveis, mutuamente exclusivos e claramente identificáveis, e assumir uma realidade territorial de natureza «reticular» (cf. DEMATTEIS (1991), «Nodi e reli nello sviluppo locale», in MAGNAGHI A. (a cura di), *Il territorio dell'abitare*, Franco Angeli, Milano, pp. 249-267), num contexto em que o quadro da mobilidade das pessoas, dos bens, da informação, dos fluxos financeiros, etc., é cada vez mais complexo. Essa complexidade corresponde a um menor «atrito» do espaço geográfico por efeito da ultrapassagem das barreiras físicas (desenvolvimento das redes de transporte das pessoas, bens, informação, etc.), transformando os efeitos geográficos do isolamento ou da exclusão em efeitos de relação.

Assim sendo, tendencialmente, haverá cada vez menos coincidência entre os lugares da habitação, do trabalho, do consumo e do lazer, qualquer que seja a escala temporal e/ou espacial: o «espaço vivido» diário envolve um raio espacial cada vez maior; na escala oposta, ao longo do ciclo da vida individual ou familiar, as experiências de trabalho e de (des)enraizamento territorial podem conhecer variações enormes (veja-se o caso dos emigrantes). A rigidez convencionalmente atribuída às estruturas territoriais é, assim, contrariada por uma cada vez maior rapidez de transformação, por uma crescente imprevisibilidade dessas transformações, num contexto de uma generalizada internacionalização dos sistemas que constituem a base económica desses territórios.

Os casos de «industrialização e de urbanização rural difusa» típicos do NO de Portugal, e do modelo de expansão da denominada Área Metropolitana do Porto, constituem dois exemplos bastante claros da inoperacionalidade dos conceitos tradicionais do rural e do urbano. Nos dois casos, e para ultrapassar a ineficiência analítica da dicotomia

rural /urbano, trata-se, no fim de contas, de identificar um generalizado *efeito urbano*, perceber as dinâmicas e os processos da centrifugação desse efeito e interpretar assim o mosaico territorial resultante. Neste e noutros casos, é este o contributo específico da Geografia e a via mais consequente para a construção de novas grelhas conceptuais ou para a redefinição das anteriores. Hoje, a diversidade de situações em que são utilizados os conceitos convencionais do urbano e do rural, lançam o seu valor conceptual e, definitivamente, a operacionalidade da sua oposição, numa crise paradigmática que é urgente resolver.

Para não complicar mais, restringindo-nos apenas ao caso de Portugal, a mudança dos «campos» e das «cidades» torna-se um objecto científico cada vez mais volátil e diverso nas suas formas e conteúdos, ajustando-se assim à gramática plural dos dois conceitos-adjectivos. Teremos que, para já, «navegar à vista», até que se estabilizem novas coordenadas conceptuais que permitam uma maior segurança e objectividade da análise científica.

Intervenção de JOSÉ MADUREIRA PINTO

Gostaria de partir, nesta abordagem do tema «Mudam-se os campos, mudam-se as cidades», de duas ideias muito simples.

A primeira diz respeito à necessidade de se encararem as mudanças *nos campos e nas cidades*, não como processos independentes e auto-sustentados, mas, em grande medida, como o resultado de um processo complexo e *global*, objectivável à escala nacional e transnacional.

A segunda, só aparentemente contraditória com a anterior, pretende assinalar a *diversidade* de situações sociais que a análise pode e deve detectar quer no espaço rural, quer no espaço urbano. Bastará proceder, como já foi feito entre nós, a uma análise *regionalizada* da estrutura de classes (essa incontornável matriz das diferenças socialmente relevantes) para se perceber toda a amplitude dos referidos contrastes e, portanto, também, a pertinência desta observação preliminar.

Procurando avançar agora na identificação dos factores de mudança com maior impacto no espaço rural português, arriscar-me-ia a destacar os fenómenos da *emigração* e da *extensão da escolarização*. Creio, de facto, ter sido em torno deles (ou, talvez melhor, do processo social que, em diferentes estádios, conjugou os seus efeitos) que muitas das metamorfoses e transformações estruturais nos campos acabaram por gravitar — e isso desde logo porque conduziram à

estagnação e virtual inviabilização de amplos sectores da agricultura portuguesa, por um lado, e à difusão extensiva de valores e modelos culturais urbanoides, com grande impacto entre as gerações mais novas, por outro.

Não é demais salientar, embora o facto seja bem conhecido, que a emigração atingiu em Portugal, durante a década de sessenta e início da de setenta, amplitude inusitada. Os números são elucidativos: enquanto, de acordo com os especialistas, a emigração terá afectado nas sete décadas que vão de 1891 a 1960, cerca de 1,9 milhões de indivíduos, no período de apenas quinze anos que medeia entre 1960 e meados de setenta ter-se-á aproximado de 1,5 milhões o número dos nossos emigrantes! Quanto aos fluxos de retorno, menos conhecidos mas igualmente plenos de consequências, calcula-se que na década que vai de meados de setenta a meados de oitenta eles tenham envolvido mais de 400 mil indivíduos, facto que, somado ao retorno das ex-colónias, revela alterações impressionantes na morfologia social portuguesa, a que não poderão deixar de se associar outras no plano dos valores e padrões de comportamento familiares, nas lógicas de produção e de consumo, nas estratégias de mobilidade sócio-profissional, na religiosidade e outras práticas culturais, na configuração das elites políticas locais, etc..

A pronunciada aceleração da emigração no período referido não significou, aliás, estancamento de outros fluxos migratórios. E alguma desertificação de extensas regiões de economia camponesa do Norte e Centro do país foi encontrando repercussão nas concentrações urbanas e suburbanas do Porto e, sobretudo, de Lisboa. A agricultura familiar tem dificuldades em afastar-se dos padrões de subsistência e, quando se reconverte em agricultura a tempo parcial, tende a reproduzir-se a níveis de produtividade relativamente baixos.

O processo de extensão da escolaridade básica, que arranca em finais de sessenta e que se acentua fortemente ao longo da década de setenta, não vai ter consequências assinaláveis a nível de modernização da agricultura, nem vai contribuir, como postulam os defensores das teorias do capital humano, para o arranque de processos de desenvolvimento sustentado no espaço rural. Por uma série de factores (aliás interrelacionados de forma complexa), que vão dos conteúdos curriculares ao desajustamento entre a oferta de formação e os sistemas de emprego locais, passando por subtis processos de indução de aspirações profissionais e de atitudes face ao lazer, o sistema educativo não só não incentivou a fixação no espaço rural de populações jovens relativamente escolarizadas, como pode mesmo ter acelerado o êxodo em direcção aos grandes centros urbanos do litoral. Trata-se, frequentemente, de uma saída sem perspectivas de inserção social equilibrada e

que conduz mesmo, como estudos recentes vêm comprovar, a dolorosos processos de exclusão social nas urbes e subúrbios do país. E nem vale a pena acrescentar até que ponto esse êxodo tem limitado, nas regiões rurais do interior profundo (mas também, localizadamente, nas próprias periferias urbanas), as condições *objectivas e subjectivas* do desenvolvimento.

Os valores provisórios do Censo de 1991 voltam, a anunciar, com particular dramatismo, a natureza e amplitude deste processo de desvitalização circular e acumulativa: na região Norte, por exemplo, ter-se-ão verificado na última década decréscimos da população residente em mais de metade dos concelhos (nalguns casos a taxas superiores a 20%), não sem que, paralelamente, subissem, por vezes acentuadamente, as taxas de escolarização básica e pós-básica das suas populações jovens. O risco de as estratégias de desenvolvimento, inclusive as mais imaginativas, a si mesmas se esgotarem por não encontrarem «no terreno» *protagonistas autênticos* mantém-se, na era dos «fundos comunitários», muito elevado.

Que dizer sobre as mudanças nas cidades em Portugal, numa intervenção necessariamente breve e genérica como esta?

Cingir-me-ei a dois pontos: um deles respeita à implacável espiral da *especulação fundiária e imobiliária*, que tão bem exprime a brutalidade de certas situações a que o «livre funcionamento» das «leis do mercado» pode conduzir; o outro, aliás não independente do primeiro, incide sobre a desvitalização dos espaços públicos das cidades, circunstância que, além de comprometer alegadas virtualidades «intrínsecas» dos modos de vida urbanos, tende a acentuar importantes défices de cidadania engendrados nas sociedades contemporâneas.

Olhar, com olhos de ver, os amontoados de betão de que se vão fazendo as nossas paisagens urbana e suburbana não pode deixar de revelar, a contrario sensu, o papel decisivo que as intervenções da administração pública podem ter no ordenamento humanizado do espaço, na concepção arquitectónica da habitação e dos equipamentos colectivos, na preservação de equilíbrios entre espaço construído e zonas verdes, na invenção de territórios e recantos indutores da convivialidade... Sem essa intervenção, preventiva e correctora, a que deveriam associar-se em permanência movimentos de opinião fortes e a acção organizada de arquitectos, urbanistas e especialistas das ciências sociais, sem essa intervenção, dizia, não se vê como a luta pela qualidade de vida nas cidades (quando não já pela mera sobrevivência física e psicológica das suas populações) possa ter algum sucesso. Reivindicar um conjunto de normas e limiares mínimos de qualidade de vida para o habitat, com estatuto equivalente ao dos normativos técnicos sujeitos (?) já a controle por parte da administração pública,

eis um tipo de acção, simultaneamente moderado e mobilizador, capaz de gerar novos entendimentos sobre as responsabilidades do Estado Democrático em matéria de urbanismo.

Finalmente, duas palavras sobre a desvitalização dos espaços públicos da cidade. É um dos efeitos do persistente processo de privatização da vida social, a que a dominação dos meios de comunicação de massa na esfera da produção e da difusão cultural veio dar contornos mais fundos. Tem por emblema esse estranho objecto que é a parabólica, a qual, de resto, à medida que polvilha a paisagem rural, não deixa de reforçar as tensões de centrifugação demográfica que já assinalámos.

Prevejo que o retraimento na esfera doméstica a que assim se vai chegando, se não for contrariado pela energia de novos actores e movimentos sociais mobilizados por projectos solidários de radical democratização das sociedades, conduza a estranhas formas de anomia. E que, quando a ordem social tende a construir-se, mais em torno de uma encenação feérica de símbolos e de conjuntos normativos reduzidos a componentes de conformação funcional do que de sistemas de valores identificáveis (e estou a reportar-me, por comodidade, ao esquema analítico de Parsons sobre a matéria), parece que se transmuta em ordem social negativa. Integração e inanição deixam de se distinguir com nitidez — anomia implosiva?

O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO DA EMPRESA?

Coordenador: Ana Teixeira

Intervenientes: Carlos Manuel Gonçalves (sociólogo);
João Leite (psicólogo);
Daniel Bessa (economista)

Intervenção de CARLOS MANUEL GONÇALVES

Na última década a empresa tem vindo progressivamente a ocupar um lugar central nas práticas sociais. Esta centralidade tem de ser equacionada, em particular para a Europa e EUA, como uma das estratégias accionadas para fazer face a uma conjuntura histórica bastante particular iniciada nos anos setenta. Desta conjuntura destacaria os seguintes elementos: a crise económica vivida nas últimas décadas; a crise do Estado-Providência; o acréscimo de competitividade no mercado internacional; o peso crescente de novos países industriais; a alte-

ração profunda dos mecanismos económicos, em particular no campo do consumo (primazia da qualidade e da diferenciação de produtos face à quantidade e homogeneidade); a emergência de um novo sistema técnico marcado pelas novas tecnologias flexíveis.

Tem sido, portanto, uma estratégia valorizante do papel e dos contributos positivos da empresa para o crescimento e para a superação, com sucesso, dos estrangulamentos económicos e sociais que persistem.

Ao nível do nosso país nos últimos anos é igualmente visível essa estratégia de valorização da empresa. Não obstante as mudanças sociais concretas que se têm vindo a processar no campo das empresas, considero que ela, no momento presente, ocorre, de modo igualmente decisivo, no plano simbólico-ideológico.

E necessário ler presente que a empresa encontra-se inscrita num importante jogo mediático. Por um lado, o espaço dedicado à empresa, e de um modo global aos assuntos económicos, aumentou substancialmente nos diversos meios de comunicação, surgindo ao nível da imprensa escrita novos títulos exclusivamente dedicados ao tema (é importante não esquecer o papel axial que os médias desempenham na construção da realidade social e particularmente nas representações sociais). Por outro lado, alguns destes meios de comunicação, utilizando estratégias em todo semelhantes àquelas que são accionadas pelas denominadas «revistas de coração», produzem e difundem uma imagem da empresa que em minha opinião é ilusória.

Esta imagem da empresa é ilusória num duplo sentido: em primeiro, apresenta-se como redutora — acciona a empresa como a fase de modernização que actualmente vivemos; em segundo, homogeneizante, porque omite as importantes diferenciações que se encontram presentes no tecido empresarial português. Frequentemente a imagem que é transmitida alicerça-se nas grandes empresas e de difundidos êxitos.

E precisamente a profunda heterogeneidade — nos planos da dimensão das empresas, modelos organizacionais, organização do trabalho, desenvolvimento técnico e tecnológico, nível de habilitações da mão-de-obra, características profissionais dos empresários — que identifica o tecido empresarial português.

A reestruturação das empresas afigura-se como um objectivo imperioso. Reestruturação que, por sua vez, terá de ser sempre equacionada face a três aspectos relevantes: especificidades macro-estruturais que configuram Portugal como um país semi-periférico; profundas transformações sociais, económicas e culturais que têm vindo a processar-se, nem sempre de forma visível, nas últimas décadas; construção do mercado único europeu.

A questão fundamental que se deve colocar é a de saber qual a configuração dessa reestruturação.

Aquilo que poderei designar como uma reestruturação virtuosa é aquela que assenta na implementação, de modo interligado, de três aspectos: inovação tecnológica; mudança organizacional; acréscimo da qualidade da mão-de-obra.

Para nós, sociólogos, tal proposta decorre fundamentalmente de pensarmos a empresa como um sistema, o qual é constituído, por sua vez, por três subsistemas: subsistema técnico; subsistema económico; subsistema sociocultural. Não faz portanto sentido qualquer intervenção de reestruturação que parta de uma separação, que seria sempre artificial, entre estes subsistemas.

Afirmar isto conduz-nos ao 1.º ponto nodal da reestruturação — a introdução de novas tecnologias.

No quadro do mito tecnológico a introdução das novas tecnologias apresenta-se como uma condição necessária e suficiente para assegurar a estratégia de acréscimo da competitividade das empresas. Assume-se, portanto, uma posição assente no determinismo tecnológico, que se concretiza no acasalamento entre novas tecnologias e o modelo organizacional tradicional (tayloriano e fordiano).

Em contraposição frontal a esta estratégia defendemos que a inovação tecnológica deve ser simultânea de uma mudança organizacional.

Mudança que ao nível da organização do trabalho se deverá concretizar: na não separação rígida entre a concepção e a execução; no enriquecimento das tarefas; na constituição de grupos de trabalho; no emprego de mão-de-obra qualificada; na difusão dos conhecimentos e da informação através do estabelecimento de múltiplas redes de comunicação.

A mudança organizacional é presentemente uma das questões que as empresas portuguesas terão de enfrentar sob pena de verem o seu futuro bastante comprometido. A presente conjuntura histórica torna necessária uma mudança na organização das empresas e isto porque o contexto em que as empresas actuam é bastante instável; a mão-de-obra apresenta melhores níveis de instrução e de formação profissional. Só que essa mudança, de modo a que seja socialmente produtiva, terá de ser feita no sentido do desenvolvimento de um modelo flexível e que possibilite: um trabalho intelectualmente rico, estimulante e responsável; uma gestão participada; a inovação e a criatividade.

O 2.º ponto nodal da reestruturação encontra-se ao nível da mão-de-obra.

É importante ter presente que a melhoria da competitividade das empresas passa necessariamente pela melhoria da qualidade da mão-de-

-obra. Os recursos humanos ganham na actual fase da dinâmica económica uma importância estratégica, não sendo concebível qualquer reestruturação que não equacione a questão global da mão-de-obra.

A melhoria da qualidade da mão-de-obra estrutura-se fundamentalmente nos seguintes aspectos: fixação de uma remuneração equitativa (um salário decente); limitação da precaridade contratual; organização de trabalho não baseada no modelo da OCT; estabelecimento de carreiras profissionais de carácter horizontal e vertical e de meios de formação profissional; procedimentos de consulta e de participação dos trabalhadores nas decisões estratégicas da empresa; melhoria das condições físicas do trabalho.

Face às características da actual conjuntura histórica ganha plena pertinência a opção por uma estratégia empresarial que tenha como um dos vectores axiais a valorização dos recursos humanos. Fazê-lo é, por exemplo, considerar que o investimento a praticar na empresa não se deve confinar aos aspectos materiais (despesas com factores que são consumíveis no processo produtivo), mas igualmente estender-se aos imateriais. E nestes incluem-se a mudança organizacional, a investigação e desenvolvimento, o estabelecimento de redes de comunicação da empresa com o seu meio exterior, a formação profissional.

Não gostaria de acabar sem mais uma vez focar sinteticamente o papel do sociólogo nesta instituição tão específica que é a empresa.

Como já foi afirmado vivem-se na actualidade em Portugal mudanças estruturais que vieram colocar na ordem do dia o estudo de problemas ligados aos recursos humanos, à introdução de novas tecnologias, à mudança organizacional, às novas formas de organização do trabalho. A reflexão sociológica tem vindo a defender que estas mudanças se deverão saldar no redesenho das organizações no sentido de lhes conferir uma maior flexibilidade e de possibilitar a participação e a criatividade. Tal passa pela mudança de valores, de representações e de práticas, e de um modo mais global das dinâmicas organizacionais, por pane dos diversos adores sociais que se encontram no campo das empresas.

Não é de mais vincar que a realização destes objectivos terá de contar com a intervenção especializada dos sociólogos, obviamente no quadro de uma estreita cooperação com outros especialistas.

Ora uma questão que permite o diálogo entre sociólogos e empresários poderá ser o da importância das mudanças organizacionais e do acréscimo da qualidade da mão-de-obra. Tal passa, por exemplo, por, da nossa parte, chamar a atenção para que as transformações técnico-organizativas das situações de trabalho concretas poderão constituir importantes meios para reduzir os custos, aumentando por isso a competitividade da empresa.

Intervenção de JOÃO LEITE

Eu dividia esta intervenção em três grandes pontos. Um tem a ver com o ponto de partida — qual será o enquadramento da formação profissional? Depois, implicações deste enquadramento, e por último um terceiro sobre os efeitos da formação (subdividindo entre efeitos positivos e negativos). Em termos de ponto de partida, começaria por dizer que a formação profissional não resolve nada. Quando muito resolve problemas de formação. Quando bem desenhada, resolve problemas de formação.

A utilização da formação profissional, quer numa óptica empresarial, quer numa óptica regional, nasce através da constatação de problemas de desenvolvimento. Portugal é um país com problemas ao nível do desenvolvimento. Uma das causas desse problema está precisamente nas qualificações ou na formação profissional.

Outro ponto de partida é que o Fundo Social Europeu, que é o instrumento que tem suportado a formação profissional, não é um instrumento de financiamento. É um instrumento de apoio ao desenvolvimento. São lógicas distintas. Se pegarmos numa ou noutra iremos conhecer na prática cenários ou figurinos diferentes.

Partindo destes pontos, quais são as grandes implicações disto? Estamos num país com problemas de desenvolvimento em que algumas das causas têm a ver com a formação profissional. A primeira implicação é que a formação profissional a desenvolver e a implementar deve ser uma formação para o desenvolvimento, ou seja, deve ser desenhada para sustentar ou suportar dinâmicas de desenvolvimento. E não a formação inconsequente, que muitas vezes se reduz àquilo a que vulgarmente se chama o «curso», o curso de formação.

Uma outra implicação disto é que, se queremos avançar com a formação profissional para o desenvolvimento, implica um primeiro passo que é identificar ou pesquisar necessidades e oportunidades específicas para a intervenção. Porque a formação é um «bicho» que se dá em contextos de desequilíbrios. Tem que haver qualquer coisa que nós definimos: a «situação actual» ou a «situação real», e tem que haver uma definição clara da «situação desejável» — onde queremos chegar. E se houver um desfazamento, então trata-se de um problema de formação.

Uma outra implicação é que a formação deve apostar nas dinâmicas de desenvolvimento em curso e não entrar sozinha. Uma última, e penso que terá sido um dos grandes falhanços no caso Português, que nos preocupa, é a inexistência de planos directores à semelhança dos Planos Directores Municipais, se quisermos um contraponto. O que é que seriam esses planos directores de formação? Seria partir de

estudos de base regional ou sub-regional ou sectorial ou empresarial em que se determinariam as grandes oportunidades, o que há a fazer, as temáticas a desenvolver, os objectivos a atingir, e quais são as áreas contra-indicadas, para evitar os efeitos perversos da formação profissional, dos quais iremos falar mais à frente.

Pegando nos efeitos, o que é que podemos identificar como grandes efeitos em termos negativos do processo da formação profissional?

O primeiro, penso que não é novidade nenhuma, tem a ver com a chamada questão da colecção de cursos e diplomas. Aliada a uma inconsequência dessa própria formação, temos pessoas que estão a participar em vários programas de formação ao mesmo tempo, em que, quando se chega ao resultado que é o indivíduo no fim treinado em determinadas áreas de competência, o mesmo não é absorvido no sentido de reforçar as tais dinâmicas que era suposto reforçar. O corolário disto é a inconsequência de muitas acções de formação levadas a cabo. Outro efeito perverso encontra-se no facto da formação ser entendida como um meio de receitas, o que tem alguma particularidade no cenário empresarial. E obtenção de receita para quem? Aqui é um casamento feliz, porque toda a gente ganha. Ganham os promotores da formação, ganham os destinatários e ganham os formadores.

Em segundo lugar, muitas vezes a formação feita desta maneira e em termos inconsequentes, mais do que reforçar, tem tido um papel de incompatibilização com lógicas de desenvolvimento. Num caso muito concreto, em determinadas zonas de Trás-os-Montes, há cerca de quatro anos, foram desenvolvidas bastantes acções na área da informática e o efeito que teve esta formação foi o certificado dessa formação constituir quase um passaporte para a litorização destes cursos.

Um terceiro aspecto (efeito negativo) é que a formação profissional vem vindo a assumir ou a assumir-se como um sistema de ensino com reconhecimento de segunda classe, ou seja, a maneira como se têm orientado quer a dinâmica dos programas de formação, quer a lógica, quer as consequências, que muitas vezes se recriam no contexto da formação profissional, é um sistema muito próximo do sistema formal de ensino, obviamente com reconhecimento de segunda classe.

E, por último (estamos numa linha de provocação), a formação profissional tem constituído, a meu ver, uma oportunidade excelente para a sublimação de desejos, nomeadamente de professores e formadores. Isto ligado com a anterior, uma vez que é a recriação de um sistema de ensino, muitos formadores aparecem aqui como uma forma de aparecerem definitivamente como professores, numa lógica de ensinadores. Uma coisa é o ensino, outra coisa é a aprendizagem, e a

grande aposta da formação profissional é a chamada formação para o desenvolvimento, não é o ensino mas a aprendizagem.

De qualquer forma, vale a pena destacar alguns efeitos positivos que, do meu ponto de vista, a formação profissional tem tido, e que passam fundamentalmente pelo seguinte: por um lado, uma dinâmica muito grande de massificação da formação, do processo formativo e, ao mesmo tempo, a garantia de uma acessibilidade aos sistemas de formação; por outro, uma noção que se afirma particularmente importante, é a questão da intemporalidade da aprendizagem. A formação profissional destina-se a públicos distintos e não faz distinções de idades.

É igualmente importante realçar que um dos aspectos positivos do sistema da formação profissional tem sido a explicitação, prática, da incapacidade e da rigidez do sistema formal de ensino, nomeadamente das Universidades, na aproximação de formação e dos produtos de formação numa lógica de absorção pelo mercado de trabalho.

Tem outra grande vantagem que foi a introdução de novos valores ao nível da sociedade, valores como a mobilidade, a abertura, a troca de experiências, os tais efeitos rede.

Penso que isto é muito reforçado por uma lógica de formação profissional.

Por último, uma última vantagem é a transferência de Know-how.

Intervenção de DANIEL BESSA

A empresa constitui objecto de várias disciplinas científicas: Economia, Sociologia, Psicologia, Direito, para não citar senão algumas das mais evidentes. No âmbito de cada uma destas disciplinas, é possível encontrar os discursos mais diversos sobre a empresa; é admissível que tal diversidade possa resultar, pelo menos em parte, da evolução observada pela própria empresa.

A questão que nos é colocada (O Admirável Mundo Novo da Empresa?) supõe uma perspectiva evolutiva. Admite também que, sobre essa evolução, será possível elaborar um discurso disposto a reter sobretudo o que há de novo, valorando-o positivamente quando não de forma apologética. Deixa entender, por último, através do ponto de interrogação final, a possibilidade de uma atitude crítica — será assim tão «admirável» o hipotético «mundo novo» da empresa?

Abordaremos a questão numa perspectiva predominantemente económica. Ora, desse ponto de vista, parece não se haver evoluído muito: a empresa continua a ser concebida como uma organização nor-

teada pelo objectivo de maximização de um resultado, a partir de um conjunto de recursos disponíveis — o célebre objectivo do «máximo lucro» em que assentam todas as construções da microeconomia, tendentes a descrever, a interpretar e a prever o comportamento dos empresários.

A julgar pelos manuais de teoria económica, a empresa não teria mudado muito, embora possa ter mudado alguma coisa o contexto em que lhe é dado prosseguir o seu objectivo. A concorrência tornou-se menos perfeita; e a realização do objectivo pretendido bastante mais complexa, em que se destaca toda a problemática da inovação e diversificação dos produtos, da qualidade e de novas modalidades de interacção com os concorrentes e com os consumidores.

A noção de «máximo lucro» merece, no entanto, algumas qualificações — sendo algo mais complexa do que a função matemática a maximizar postulada pelos manuais de microeconomia. Supõe sobretudo uma dimensão temporal, um prolongamento no tempo — trata-se de maximizar um resultado de longo prazo, pouco compatível com posturas predominantemente «extractivas» (quase dínamos «de saque»), orientadas por um objectivo depradador de maximização de resultados a curto prazo.

A concepção da empresa como organização, e a reflexão sobre a diversidade dos lugares ocupados pelos diversos membros da organização, abre a porta a uma problemática cara aos sociólogos: a da conflitualidade no interior das organizações, da provável divergência de objectivos entre os diversos participantes.

É normal referir, a este respeito, a contraposição entre os objectivos do titular (o empresário) e os objectivos dos gestores: estes mostram-se normalmente propensos a privilegiar objectivos como quotas de mercado ou ritmo de crescimento, nem sempre puramente instrumentais em relação ao objectivo de maximização do lucro, por que se norteia o empresário. Para outros agentes, como os trabalhadores, ganham importância objectivos como os relacionados com as condições de trabalho, de emprego e de remuneração. É normal ainda referir outros aspectos como a responsabilidade social da empresa, a sua responsabilidade para com o ambiente, etc.

Nada disto será novo: nem o enunciado da diversidade dos agentes, nem a constatação da conflitualidade dos seus objectivos. O que haverá de novo, se alguma coisa, é o reconhecimento da interdependência entre estes interesses, da necessidade de, de algum modo, se chegar a um compromisso; o reconhecimento, enfim, de que a resolução do problema exige provavelmente níveis elevados (e superiores aos existentes) de concertação e de compromisso. A assumpção de que deverá tratar-se, em todos os casos, de objectivos de longo prazo não

poderá deixar de lançar uma nova luz sobre o problema, tornando se possível mais evidente a necessidade da concertação e do compromisso.

Há que reconhecer, em matéria de empresas e de um ponto de vista predominantemente económico, mais elementos de descontinuidade. Referiríamos:

— em primeiro lugar, a tendência à terciarização, de uma economia composta por empresas predominantemente agrícolas e industriais para uma economia composta sobretudo por empresas de serviços — no interior das próprias empresas agrícolas e industriais, serviços como a organização, a investigação e concepção de novos produtos, a comercialização e o marketing mostram-se hoje mais importantes para o êxito das organizações. Numa empresa agrícola e industrial, no sentido clássico, o trabalho exerce-se sobre a natureza viva ou transformada (as matérias-primas). No domínio dos serviços, tudo parece diferente: são o reino das relações predominantemente humanas (inter-pessoais); são também o reino da diferenciação, da necessidade de um diálogo e de uma adaptação permanentes entre produtor e consumidor (por contraposição ao carácter muito mais anónimo e massificado das produções agrícolas e industrial convencionais). A educação e a formação em sentido amplo constituem factores de produção fundamentais numa economia terciarizada;

— em segundo lugar, o predomínio, no interior das empresas, das funções relacionadas com o conhecimento e o saber — saber em sentido amplo, não necessariamente científico e técnico. Observa-se aqui uma evolução, que alguém reteve sob a forma de uma progressiva deslocação (e desmaterialização) da fonte do poder da terra para o dinheiro e deste para o saber, a quem caberia hoje o verdadeiro poder no interior das empresas. Nas empresas modernas, o empresário não seria mais do que a «cabeça» de uma elite de quadros, de cujo nível de formação dependeria a competitividade global da organização.

Permitam-me uma última ordem de reflexões, relacionadas com a relação entre as empresas e os seus titulares — os empresários.

Considerações de diversa ordem, em que avultam as fiscais, fazem com que hoje muita gente organize a sua actividade produtiva singular, e uma boa parte da sua própria vida pessoal e doméstica, sob a forma de empresa. É essa a natureza do número enorme de empresas de um só trabalhador, o próprio empresário, que constituem de longe a maior percentagem das empresas existentes na generalidade dos países desenvolvidos. Traia-se, de facto, de uma pura forma de organização jurídica do trabalho independente, em que se confundem, por razões de ordem fiscal, uma série de despesas de ordem pessoal e familiar

(o automóvel, as viagens e as férias, os livros, as festas de família e as despesas de manutenção e de reparação de activos pessoais e domésticos da mais diversa natureza). Não há, nestes casos, distinção possível entre empresa e empresário, entre actividade produtiva propriamente dita e esfera de vida pessoal.

Em outros casos, o aparecimento e a generalização de figuras como as sociedades anónimas levou a uma dissociação quase completa entre empresário e empregado. Atinge-se então o limite da reificação: a empresa reduz-se a um activo em que o empresário não investe a mais pequena dose de si mesmo, enquanto pessoa. Reduz-se, a empresa, ao suporte material de um activo financeiro, parte integrante de uma carteira que se trata de gerir em obediência a objectivos de ordem patrimonial e de rendimento do titular. Desinvestir torna-se então tão natural como investir, comprar como vender, sem o menor envolvimento pessoal ou afectivo. A empresa reduz-se a um puro valor económico, parte integrante de uma carteira em permanente composição e recomposição.

Não sabemos se haverá, em tudo isto, algo de novo; muito menos se deve ser qualificado de admirável, ainda que de forma crítica. Procurámos apenas falar-vos de algumas tendências de evolução que julgamos poder identificar nas empresas dos nossos dias, que nos pareceram dignas de realce no pouco tempo disponível— tendências de evolução que, mesmo quando novas e eventualmente merecedoras de sincera admiração, não escondem novos problemas, novas tensões e novas contradições.

CULTURA, TRABALHO E FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES JUVENIS

Coordenador: Raquel Correia

Intervenientes: Augusto Santos Silva (sociólogo);

Luísa Cortesão (pedagoga)

Não nos foi possível obter na sua forma escrita a exposição oral de Luísa Cortesão

Intervenção de AUGUSTO SANTOS SILVA

Eu optei por trazer aqui algumas notas etnográficas de observação de comportamentos e identidades juvenis, que poderão ser, eventualmente, generalizáveis. O grupo cuja observação vou tentar sintetizar é um grupo juvenil de condição popular e suburbana, no

quadro de uma freguesia da periferia da cidade de Guimarães, caracterizada, como na globalidade do Vale do Ave, pela industrialização, mão-de-obra intensiva, tradicional e dispersa no espaço rural. Falarei, pois, da freguesia de São Torcato, tal como a conheci, no final dos anos 80.

A questão principal será a de saber quais são os eixos de estruturação e desestruturação de identidades juvenis, tomando este grupo por referência empírica. No caso, e ao que creio, lidamos com uma experiência social de jovens, muito marcada por, pelo menos, cinco factores.

O primeiro é que pertencem a um mundo social entre o rural e o urbano e a um mundo culturalmente dominado, e essa pertença é sentida como um estigma.

O segundo factor é que são objecto de processos de socialização familiar em que as técnicas de incentivo estão muito imbricadas com técnicas de disciplina, e em que a experiência do trabalho é constante (enquanto trabalho físico mais do que trabalho intelectual). É uma estratégia de socialização também muito marcada, pareceu-me, pela submissão de possíveis estratégias de realização pessoal às estratégias de produção familiar.

O terceiro factor, claríssimo, é a circunstancia de estes jovens terem uma entrada muito precoce, em termos etários e de formação, no mercado de trabalho — e, na esmagadora maioria dos casos, ocupando posições subalternas nesse mercado.

O quarto factor é que estes jovens têm uma experiência de escolarização muito marcada pelo insucesso escolar, mas que não deixa de ser uma experiência de escolarização relativamente longa, que pode ir até aos 6, 8 ou 9 anos de escolaridade.

O quinto factor é que estes grupos juvenis têm uma exposição proporcionalmente maior que a das gerações mais velhas a bens, valores, comportamentos da cultura de lazer. Neste sentido, era importante saber em que medida é que, a partir da esfera do consumo e do lazer — a esfera em que, à escala nacional, tende a fazer-se a integração da juventude e a proposta da juventude como categoria social específica e como um grupo portador de cultura própria e transclassista — se poderiam caracterizar estes grupos juvenis populares e suburbanos.

Ora, embora eles sofram uma exposição proporcionalmente maior a bens, valores e comportamentos da cultura urbana do lazer, essa exposição faz-se numa posição absolutamente dependente. Uma posição de consumo, face a uma oferta que não se consegue influenciar directamente e tende a ser organizada de forma monopolística (toda a comunicação de referências culturais de lazer e consumo urbanos tende

a ser transmitida por dois ou três canais, nomeadamente a televisão, e depois por subprodutos da indústria discográfica, nomeadamente a cassette de feira. Trata-se de um acesso fragmentário a bens e valores da cultura de lazer, um acesso lacunar e incoerente, no sentido em que há uma grande dificuldade em formar o gosto, isto é, justificar, racionalizar e por aí legitimar as escolhas que se vão fazendo, do leque de produtos a que se tem acesso. Embora esta maior exposição de grupos juvenis populares e suburbanos a bens, valores e comportamentos da cultura urbana crie, na minha opinião, possibilidades apropriativas e, portanto, alguma possibilidade de serem sujeitos, se não na relação de criação cultural, pelo menos na de manipulação activa dos bens culturais consumidos e, assim, de recriação desses bens.

Portanto, a ideia que me ficou desta observação é a ideia de identidades juvenis extremamente problemáticas.

Primeiro, a juventude tende a ser vista como um intervalo de tempo social muito curto, dado que a entrada na vida activa é precoce, tende a ser vista como um período em que se consegue uma certa suspensão do destino de classe — destino esse cuja fatalidade, a prazo, não se pode questionar. Logo, transitoriedade redobrada da condição juvenil.

Segundo, talvez que um dos principais problemas destes grupos juvenis populares esteja em que eles parecem condenados à combinação de alguma continuidade, com as gerações anteriores, em termos de comunidade de cultura. Ou seja, algumas raízes culturais que sustentavam e sustentam, para as gerações mais velhas, identidades comunitárias em situações de classe penalizadas tendem a faltar aos novos grupos juvenis. Aliás, esta questão é muito complexa, não só porque se faz sentir dos dois lados (e eu só estou, agora, a considerar o lado dos grupos juvenis), mas sobretudo porque implica alguns factores de clivagem entre o que chamaria o núcleo duro das comunidades populares que se reorganizam, numa base pós-camponesa, no Vale do Ave, e os seus próprios descendentes. Uma clivagem que a disparidade entre a celebração do vinho pelos pais e o amor dos filhos à cerveja simboliza bastante bem. Suponho, todavia, que algumas das referências mais globais da cultura popular tradicional, mau grado alguma dissonância com a cultura dos *mass media*, continuam muito fortes — como, nomeadamente, a referência da força física e a associação da virilidade à força. O que, por sua vez, causa não poucos problemas de identidade, em sentido fortemente psicológico, a alguns dos actores mais «abertos» destes grupos juvenis.

Terceiro, os grupos juvenis populares tendem a viver, com uma grande acuidade, uma nova experiência (e talvez sejam os primeiros a vivê-la, do ponto de vista histórico) — a contradição entre o período de

formação e os valores da escola e o que os espera no mundo do trabalho. Designadamente, parece-me que a alguns elementos de cultura democrática, que permeiam a instituição escolar e passam através da experiência da escolarização (mau grado ser essa experiência marcada por sucessivos insucessos) se vão contrapor experiências de trabalho subalterno, marcadas por relações de trabalho extremamente repressivas e autoritárias.

Em quarto lugar, é uma identidade juvenil problemática também por causa do tipo de controlo social que tende a prevalecer em comunidades populares de fundo rural. De facto, o novo acesso dos jovens a consumos que são considerados, localmente, exógenos — e o símbolo maior é a discoteca — tende a ser de algum modo permitido diferencialmente segundo os sexos, tende a ser permitido só aos rapazes. Mas esta permissão é uma relação tensa e há formas — evidentes ou insidiosas — de assegurar algum controlo familiar e comunitário sobre esse acesso ao consumo de bens e valores, essas formas de ocupação dos tempos e esses novos princípios estruturadores de éticas do trabalho e da vida que podem colocar em causa algumas referências culturais tradicionais mais enraizadas nos meios populares de origem rural. Daí que, a este nível, as identidades juvenis populares sejam bastante marcadas pelo risco constante de a possibilidade de iniciativa autónoma se confrontar exclusivamente com o horizonte do desvio e da anomia. O risco de a forma de realizar as iniciativas próprias acabar por ser a prática, mais ou menos descontrolada, de resistências ou saídas anónimas do mundo fechado — designadamente, através da toxicod dependência.

Outro problema que se coloca também é o da estruturação dos grupos eventualmente portadores de culturas juvenis. Há aqui um factor problemático agudo, que tem a ver com a relação entre os sexos. Por um lado, aquilo que se pode afirmar como espaços de lazer e territórios caracteristicamente juvenis tende a ser reservado aos rapazes. Por outro lado, e talvez sobretudo, as repercussões locais de movimentos nacionais de alguma abertura a explicitação da sexualidade não são, de modo nenhum, acompanhados por processos de educação sexual para a formação esclarecida de um espírito e uma iniciativa próprios.

Finalmente, pareceu-me que estas identidades juvenis eram identidades de encruzilhada — no sentido em que as balizas tradicionais e a solidez das raízes que elas pudessem proporcionar parecem estar em questão, mas, na medida em que, em termos socioprofissionais a tendência é de continuidade e não de mudança efectiva, a própria atenuação das balizas e das raízes tradicionais coloca problemas de identificação, da identificação do lugar e do destino que espera os

actores juvenis- De algum modo, a ideia, muito corrente entre os grupos juvenis populares, de que a vida começa quando acaba o trabalho, é uma ideia que simboliza bastante bem estes problemas de encruzilhada — designadamente, pelo facto de a um maior acesso a universos culturais, embora fragmentário, lacunar e dependente, não corresponder a possibilidade efectiva de entrada em novos universos sociais.

Portanto, cansado dos desfavorecidos, pus-me a pensar se não haveria qualquer outro horizonte possível, para reflectir um pouco sobre perfis agora por uma vez favorecidos. Pensei que podia trazer aqui outro relato etnográfico, agora de um grupo que é tido como, ao menos virtualmente, extremamente favorecido, e, logo, cuja identidade juvenil talvez não seja problemática, deixando-nos, assim, em melhor consciência e consolo. Pensei, então, nos estudantes dos cursos superiores, e designadamente naqueles com quem trabalho, como professor: os estudantes de licenciaturas, altamente valorizadas, em economia e gestão.

Mas devo dizer que não deixei de ver problemas. É um grupo claramente favorecido, cujas trajectórias virtuais só parecem dirigir-se num sentido absolutamente ascendente quando já estão no topo. Mas ele não deixa de ser marcado, a seu modo, por uma experiência de trabalho precoce, árduo e subalterno, que foi a sua escolarização c, nomeadamente, os trabalhos de Hércules, no final do ensino secundário, que tiveram de fazer para ingressar nos cursos que agora frequentam.

Experiência agravada pelo facto de os resultados que até agora conseguiram, como estudantes, não deixarem de ser marcados por alguma precaridade. De algum modo, se podemos falar no lazer escolar, — no sentido da «saída» do mundo, das dificuldades e das responsabilidades mais imediatas, associada à frequência da escola — não deixa de ser verdade que, por outro lado, detentores proporcionalmente mais do que o primeiro grupo de que falei, de tempos possibilidades e ofertas de lazer, estes estudantes estão também marcados por um destino, o de praticarem um lazer ao modo escolar, o de, cada vez mais desde muito novos, praticarem certas modalidades de lazer (por exemplo, o ballet) concebidas como favorecendo a disciplina necessária ao sucesso escolar ao mais alto nível. E, ainda por cima, a escolarização universitária, nos cursos de que falo, é muito pontuada por experiências massivas de insucesso.

Finalmente, e forçando a homologia com o grupo popular que invoquei anteriormente, a posição dos estudantes favorecidos, face às culturas de lazer, não deixa de ser também uma posição de consumo dependente.

Portanto, eu interrogo-me se esta identidade juvenil não é também problemática. A sua experiência juvenil não continua a ser a da suspensão provisória de um destino que não se pode alterar? O destino aqui não é, normalmente, o de trabalhador subalterno; mas pode ser o do quadro-escravo pago a ouro.

Em segundo lugar, a formação escolar e o tempo juvenil são marcados por elementos bastante fortes de uma cultura democrática da liberdade, mas sem correspondência com uma cultura democrática da participação. O que leva, por exemplo, este grupo a revoltar-se tão honestamente com, por exemplo, os atentados aos direitos do homem, sem conseguir, contudo, pensar em formas de reorganização democrática, por exemplo, no mundo do trabalho, que os espera enquanto gestores.

Em terceiro lugar, ele não deixa de se confrontar com formas de controlo social que são menos manifestas do que as que constroem o primeiro grupo, mas que me parecem, todavia, operativas: confrontam-se também, portanto, com o fado de as suas possibilidades de iniciativa poderem ter como horizonte mais aparente apenas situações de anomia. Designadamente, penso que o marca bastante uma combinação, que diria explosiva, entre duas ideologias nele prevalentes: a ideologia do sucesso e o sexismo.

Neste grupo, certamente, a experiência escolar presente e o trabalho futuro que ele prepara parece «garantir» a vida, meios estimáveis e seguros de vida, esses meios que não estão nada garantidos para o grupo popular anterior. Então, talvez que o seu problema principal, pensando do ponto de vista de uma cultura juvenil crítica, seja o problema de saber e escolher o que fazer da vida.

E eis onde eu queria chegar com estas duas pequenas alegorias etnográficas. E era interrogar este auditório juvenil sobre se não estará hoje, crucialmente, na ordem do dia tentar forjar princípios, conteúdos e oportunidades de realização de uma nova cultura juvenil e irreverente, que não seja mimética em relação à geração dos anos 60, nem seja a cultura de ghetto, neste caso, o ghetto dos esclarecidos, dos que, por exemplo, trocam a Queima das Fitas por colóquios como este — mas seja uma cultura de inquietação, reflexão e experiência de novas identidades, rumos e expressões, e que passaria, nomeadamente, por pensar não propriamente no que separa estes diferentes universos culturais que eu aqui trouxe, usando dois exemplos extremados, mal talvez mais naquilo que os atravessa, que os pode articular, que os pode, um dia, não necessariamente unir mas pelo menos fazer comunicar.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O ADEUS ÀS LUTAS?

Coordenador: João Miguel Lopes

Intervenientes: Alexandre Alves Costa (arquitecto);

Piem Guibentif (sociólogo);

António Teixeira Fernandes (sociólogo)

Não nos foi possível obter na sua forma escrita a exposição oral de António Teixeira Fernandes

Intervenção de PIERRE GUIBENTIF

O subtítulo desta noite — «O adeus às lutas» — evoca uma expressão que descobri aqui, quando me instalei em Portugal há alguns anos atrás: a expressão «Formas de luta». Esta expressão fascinava-me.

Fascinava-me por causa do contraste entre os seus dois termos: «Formas — de luta». Associa-se a «luta» à acção de força; a «golpes»; no extremo: à violência. Em contrapartida, as «formas» associam-se ao organizado; ao pré-definido; ou ainda, num sentido lato da palavra: ao civilizado. Revela-se assim nesta expressão uma realidade paradoxal e complexa: o que se poderia chamar uma cultura do conflito. Um dispositivo composto em particular pelos seguintes elementos: actores claramente identificados (patrões e trabalhadores); «enjeux» consensualmente definidos (condições de produção e de trabalho); normas positivas (positivo no sentido que reveste a palavra na expressão «direito positivo») definindo o processamento dos conflitos.

Nos últimos anos, os observadores do social, e entre estes os sociólogos, detectaram diversos indícios que sugerem uma certa desagregação desta cultura do conflito: a perda de influência dos sindicatos nos meios assalariados, o recuo dos partidos políticos tradicionais, que representavam de certa maneira — embora não linearmente — os principais actores das lutas sociais; a multiplicação de formas atípicas de actividade profissional; a hierarquização do mundo empresarial, por mecanismos como a subcontratação, e a fragmentação deste mundo, pela agudização, por exemplo, dos conflitos entre os meios da finança e os da indústria.

Em paralelo com estas manifestações de desagregação, diversos analistas deslocaram a sua atenção para fenómenos emergentes — E chegamos aqui ao primeiro termo do título desta noite: «Os novos movimentos sociais». Pacifistas, ecologistas, feministas, movimentos de defesa dos consumidores, minorias activas de todo índole.

Tratando-se aqui de um texto destinado a ser lido, devo a quem terá a gentileza de me ler, e a quem terá a paciência de ouvir estas

linhas, de ser breve. Logo formularei aqui a minha tese em termos resumidos, e um tanto radicalizados:

Se alguma vez existiram, os novos movimentos sociais já desapareceram.

(Esta tese aplica-se à Europa Ocidental. Não me pronuncio sobre outras regiões do mundo).

Olhemos para a actualidade: o fenómeno que tem alguma expressão é o aumento dos votos ecologistas. Mas resulta da coincidência de aspirações extremamente heterogéneas; e os dividendos políticos devem ser geridos por aparelhos débeis, e minados pelas contradições entre os seus dirigentes. — De resto: onde estão os vastos agrupamentos, manifestações de presença pública? Onde estão os grandes rituais identificadores? Onde estão as correspondentes culturas discursivas? Podemos observá-los, talvez, no princípio dos anos oitenta, como num último eco dos míticos anos sessenta. Entretanto desvaneceram-se.

O que podemos observar em contrapartida são fenómenos de dois tipos:

Por um lado, algo que chamaria a «produção de influência». As manifestações de massas são substituídas pela multiplicação de instâncias formalizadas de circulação de informações sensíveis, de manutenção organizada de contactos pessoais, etc. Em certos âmbitos, estes fenómenos têm um nome. Fala-se em «Lobbies». Mas trata-se de algo que ultrapassa agora as esferas onde se aplica mais correntemente esta palavra. Pode pensar-se no associativismo científico, de que fazemos a experiência no ensino superior em geral, e no âmbito da sociologia em particular. Ou, num outro campo, nas estratégias federativas entre diferentes formações representativas em Portugal da acção social particular (veja-se o *Expresso* do dia 4 de Abril deste ano, página A14.).

Pouco exaltante. Adeus lutas! Mas trata-se de fenómenos de uma real eficácia, com alguma adequação a uma sociedade — como sempre diz um autor bem conhecido — «funcionalmente diferenciada». Mereciam mais atenção por parte dos sociólogos, que — por diversos motivos estruturais — têm uma certa tendência em negligenciá-los.

Por outro lado, segundo fenómeno aqui relevante, o que poderia chamar-se: a «nova violência social». Refiro-me ao que se manifestou em particular através das revoltas suburbanas que ocorreram recentemente em vários pontos da Europa. E em relação a estes que gostaria de formular a minha segunda e última tese: *a nova violência social não pode ser analisada sem que se tome em conta o fenómeno acima referido dos novos dispositivos de produção de influência*. Anteriores lutas sociais estão a dissolver-se nestes dois fenómenos em aparência opostos. O desenvolvimento das tecnologias de influência de um lado,

que, por assim dizer, herdamos das lutas as suas *formas*. Do outro lado, erupções esporádicas de violência, que podem merecer duas interpretações:

A primeira: as redes formalizadas de influência, embora constituem contra-poderes face ao Estado e ao mundo dos negócios, não deixam de reproduzir a tendência — própria a estas duas esferas do social — para a exclusão de certas categorias sociais. As necessidades destas categorias apenas podem manifestar-se, logo, através da violência, único meio de expressão que lhes resta, em momentos em que a sua condição social se torna insuportável.

Segunda interpretação: o desenvolvimento das redes formalizadas de influência não implica apenas o marginalizar de certas categorias sociais, implica também a supressão da violência em si, como componente da conflitualidade social. O que suscita algumas interrogações: será que basta, para eliminar a violência, erradicar a miséria dos que ainda a sofrem? Não terá a violência em sociedade também outras raízes? Perguntas que, há alguns anos atrás, poderiam talvez ter sido qualificadas de académicas. Agora já não, face — em particular — à sinistra actualidade que se vive na Jugoslávia, importada para o nosso imaginário colectivo com uma insistência obscena pela comunicação social.

Adeus lutas! Chegou a hora das milícias.

Não: não nos despedamos apressadamente das lutas. E imaginemos — o que constitui em particular um desafio para nós os sociólogos — novos modos de gestão do potencial violento da sociedade, menos mortíferas que as manifestações extremas as quais assistimos actualmente; e articuláveis com os subtis mecanismos da produção de influência, dos quais — mesmo que não nos entusiasmemos — já não nos podemos despedir.

Intervenção de ALEXANDRE ALVES COSTA

1.

Atrasada pelo fraco desenvolvimento das forças produtivas, apesar da exploração colonial e sobretudo por razões políticas, a primeira revolução industrial aparece tardiamente, embora com certo desenvolvimento, na cidade do Porto.

A necessidade de concentração de mão de obra trouxe à cidade milhares de trabalhadores que é indispensável alojar em quaisquer condições. Esta situação vai dar origem à criação e expansão de um tipo de habitação a que se chama «ilha». A sua tipologia, «back to back

houses», é em primeiro lugar o resultado directo do aproveitamento especulativo dos fundos dos talhões, onde à face da rua estão implantadas casas burguesas. O desenho generalizado dos talhões do Porto, estreitos e compridos, condiciona a forma de agrupamento e a tipologia do fogo que, pouco a pouco, se vão transformando em regra sistemática vindo a ter larga utilização em operações mais vastas de especulação fundiária, transformando-se num dos princípios ordenadores do território da cidade. As ilhas são habitações de classe que surgem e se desenvolvem com evolução do capitalismo e o seu estudo liga-se indissolavelmente às condições gerais da vida e da luta do proletariado do Porto.

Pelos anos 50 do nosso século, criadas as condições externas que forçaram a economia portuguesa a enveredar de novo pela via da industrialização, aumenta o desequilíbrio, já existente, entre as necessidades crescentes e a oferta de habitação. O sector privado controla a gestão e dirige os seus produtos para as camadas com maior poder de compra. Os trabalhadores, excluídos do círculo, são obrigados a aceitar soluções deficientes: sublocação, bairros de lata ou habitação clandestina (especulativa ou autoconstrução), soluções toleradas pelo poder porque factores de estabilização de uma situação desequilibrada e a todo o momento ameaçadora.

No Porto, onde a situação é particularmente grave nas zonas degradadas das ilhas e na parte antiga da cidade e mediante a rentabilidade financeira de certas operações de demolição de «tugúrios» para a construção de novos prédios, desenvolveu-se a mais sistemática operação de rejeição para a periferia de populações urbanas de baixo nível de vida que deve ter existido em Portugal. Para além das suas razões económicas — libertação de terrenos urbanos e lançamento de avultados programas de edificação — esta acção possibilitou que sobre esta população se exercesse uma diabólica e violenta repressão. *Os ocupantes das habitações podem ser desalojados sempre que se tomem indignos do direito concedido.*

O 25 de Abril libertou de forma explosiva a energia criadora das massas, a sua iniciativa, a sua capacidade de organização espontânea. Nas zonas urbanas desenvolvem-se, com base em exigências de carácter imediato, muitas delas situadas ao nível da sobrevivência, movimentos reivindicativos desencadeados pelos moradores dos bairros de lata. Bairros sociais, alguns deles por acabar ou não distribuídos, são ocupados e constituem-se as primeiras comissões de moradores e ocupantes.

No Porto é nos bairros municipais da periferia, resultado da confluência de diversos factores — a violência da expulsão da cidade, a miséria e a existência de um regulamento de índole fascista — per-

sonificados pela Câmara Municipal, que se iniciam as primeiras comissões de moradores. Seguem-se as casas subalugadas, as ilhas e os bairros pobres. Por todo o lado se constituem comissões de moradores e se estabelecem programas reivindicativos.

A 30 de Novembro de 1974 realiza-se a primeira manifestação de moradores convocada a nível da cidade que acaba invadindo a Câmara Municipal. O frente a frente com a nova administração municipal evidenciou, do lado dos moradores, a falta de estruturas organizativas globais e sobretudo de um programa unificador. Evidenciou, também, a perplexidade do novo poder.

2.

A 6 de Agosto de 1974 é publicado o despacho que criou o SAAL *para apoiar através das Câmaras Municipais as iniciativas da população mal alojada no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e eventualmente monetários.*

A iniciativa da operação é estatal, embora dê resposta aos primeiros movimentos de massas. A população deverá organizar-se com vista a participar na transformação do bairro, através da construção das suas próprias casas. O programa SAAL não tendo uma definição inicial muito clara, foi sendo clarificado em resultado de uma longa luta e reflexão dos moradores no sentido do que no despacho eram indefinições, ambiguidades e até incorrecções.

O autor do projecto foi o então Secretário da Habitação, Nuno Portas, desde sempre empenhado na problemática da habitação social e profundamente informado de processos lançados sobretudo na América Latina envolvendo a participação das populações mal alojadas. A sua visão culta e informada foi presença fugaz no governo rapidamente substituída por outras menos inteligentes e cada vez menos interessadas em reformas estruturais.

O interesse despertado pelas qualidades do despacho que garantia a fixação em terrenos urbanos e uma certa autonomia de decisão aos moradores pobres, aliado à inesperada capacidade das populações em avançarem com processos reivindicativos que tendiam a abranger todos os mal alojados, transformou a metodologia não convencional do SAAL num processo dinâmico que ultrapassou largamente as suas perspectivas iniciais e foi um dos principais factores de unificação do movimento. Da necessária discussão do processo foi nascendo um programa e a necessidade constante de provas de força cimentou as relações entre as comissões.

O movimento de moradores nasceu e evoluiu profundamente relacionado com o SAAL o que favoreceu o processo de dinamização

e de mobilização das populações, sobretudo por ser garantia de viabilização da sua principal reivindicação — uma habitação digna. Foi difícil deslindar, a partir de certa altura, o que foi peculiar ao movimento do que passou a ser plataforma de compromisso entre moradores, técnicos e serviço. Daí uma das suas ambiguidades e a médio prazo uma das razões da sua debilidade.

Os pedidos de intervenção multiplicam-se por todo o território da cidade. Os terrenos, correspondendo às zonas degradadas e áreas livres anexas serão entregues, depois de expropriados, em direito de superfície às associações de moradores, para que concretizem o seu programa de reestruturação, renovação e equipamento da zona, com ajuda financeira do Estado. Cada associação desenvolve o seu processo apoiada por uma brigada técnica de apoio local.

As zonas de influência de cada associação — unidades operacionais — começam a tocar-se. A necessidade de acordos é pretexto para a elaboração de programas mais gerais. A despontualização das intervenções, caminhando do bairro para a zona, da zona para a cidade é acompanhada por complexidade crescente na organização dos moradores e nos serviços centrais de coordenação. Os moradores participam na crítica do plano e na definição de propostas alternativas, a caminho de um projecto global que resolva a cidade com outra lógica, que dignifique a casa dos trabalhadores, que liberte outra cultura pela primeira vez assumindo todo o passado da cidade sem o destruir pelo lucro.

3.

O SAAL enquanto aparelho de estado gozou do seu enfraquecimento global e consegue ir-se adaptando ao projecto político dos moradores. A sua reorganização tornará clara esta contradição em termos de conflito. Veio a ser extinto em Outubro de 1976, em época de desesperança e cansaço do movimento de moradores, o que demonstra a coerência de novo conseguida no aparelho de estado no qual é corpo estranho a ser expulso ou integrado na sua perspectiva.

A fórmula utilizada, não chamada oficialmente de extinção, consistiu na integração das operações SAAL nas Câmaras Municipais a pretexto da necessidade de um controlo urbanístico, legalmente da competência daquelas. Os serviços de coordenação foram encerrados.

Aquilo a que se chamou o *regresso à pureza inicial* fez perder ao processo o seu carácter global, disperso agora por diversos municípios, afastados os técnicos das brigadas e ausente o serviço público que lhe dava cobertura e viabilidade.

Os moradores separados do corpo técnico, desmobilizados pela perda definitiva da esperança, vieram a reduzir o próprio corpo das suas aspirações.

Aproveitando a conseqüente e inevitável desmobilização e divisão do movimento dos moradores, a administração local propõe as suas soluções demonstrando, aliás, uma grande ineficácia e incompetência. Para conseguir alguns apoios aceita, ainda, a cedência dos terrenos que os moradores escolhem, impondo a condição de serem utilizados novos projectos.

Os modelos do SAAL, projectos elaborados a partir de uma profunda colaboração entre técnicos e moradores, de respeito e recuperação dos valores culturais da cidade, construções simples evitando tecnologias sofisticadas, garantida a sua manutenção pelos futuros utentes, vão ser substituídos por novos modelos que prefiguram as imagens que virão a ser impostas nos próximos conjuntos periféricos.

Só dentro da cidade, dos 55 pedidos dirigidos ao SAAL/Norte, foram iniciadas 33 operações correspondendo a cerca de 11500 famílias e à volta de 50 000 pessoas. Todo o processo que envolveu 294 trabalhadores das brigadas técnicas construiu 374 habitações. Para além dos estudos gerais de urbanização ou implantação, foram arquivados projectos para 3500 fogos.

Foi um puro início, como tempo novo, sem mancha nem vício.